



**Sumário**

ERRATA.....	2
PORTARIA .....	2
TERMO DE RATIFICAÇÃO .....	2
ATO DO LEGISLATIVO.....	2
LEI .....	4



**ERRATA****ERRATA****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 089/2019****PREGÃO N.º 027/2019**

O Município de Formosa do Oeste – PR, vem retificar o aviso de licitação:

**ONDE SE LÊ:**

REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar das Escolas e Creches Municipais de Formosa do Oeste/PR, de acordo com as características descritas e repetidas no Termo de Referência e Edital, cujas cópias poderão ser obtidas a partir do dia 24/05/2019.

**LEIA-SE:**

REGISTRO DE PREÇOS para Aquisições futuras de gêneros alimentícios e material de limpeza para os diversos departamentos do Município de Formosa do Oeste/PR, de acordo com as características descritas e repetidas no Termo de Referência e Edital, cujas cópias poderão ser obtidas a partir do dia 24/05/2019

Formosa do Oeste, 21 de maio de 2019.

Luiz Antonio Domingos de Aguiar

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA****PORTARIA N.º 110/2019**

**SÚMULA:** Concede Licença Especial por Assiduidade a Servidora ocupante de cargo efetivo e da outras providências.

**Luiz Antonio Domingos de Aguiar**, Prefeito do Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 108 da Lei Complementar nº 13 (dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Formosa do Oeste) e requerimento da servidora protocolado sob o nº 850/2019.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Fica pela presente Portaria concedido a **ROSELI DA SILVA**, servidora pública municipal, ocupante do Cargo efetivo de Zeladora, Licença Especial por assiduidade de 03 meses, referente ao período aquisitivo de 06/03/2014 á 06/03/2019, a serem usufruídas a partir do dia 20/05/2019 á 20/08/2019.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

Paço Municipal, 21 de Maio de 2019.

**Luiz Antonio Domingos de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO****TERMO DE RATIFICAÇÃO AO ATO DE****INEXIGIBILIDADE DE N.º 006/2019**

Considerando as informações, documentos e pareceres contidos no Processo de Inexigibilidade n. 006/2019, **RATIFICO** reconhecida pelo Procurador Jurídico do Município para contratar com **CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA COSEMS**, com endereço na Rua Piquiri, nº 737, Curitiba - PR, objetivando a **Inscrição de profissionais de saúde para XXXV Congresso Estadual de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná**. Essa ratificação se fundamenta no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Providencie-se o empenho da despesa na dotação orçamentária vigente, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui referida.

Paço Municipal aos dias 20 do mês de maio de 2019.

**Luiz Antonio Domingos de Aguiar**  
**Prefeito Municipal**

**ATO DO LEGISLATIVO**


**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ

ATO N.º 37, 21 de maio de 2019.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais e ainda, em atendimento ao protocolado sob nº 110/2019,

**RESOLVE:**

CEDER para a Secretaria Municipal de Saúde, a sala de reuniões (plenário) da Câmara Municipal, no próximo dia 23 (quinta-feira) de maio de 2019, a partir das 13 horas, para a realização de treinamento de equipe de funcionários da secretaria.

Registre-se, afixe-se, publique-se e envie cópia a parte interessada.

Sala do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, 21 de maio de 2019.



Aparecido Leonardo da Silva - Biguá  
Presidente


**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL Nº 17**, de 20 de maio de 2019.  
**CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Presidente do Poder Legislativo de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, amparado no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, (redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009), torna público e **CONVOCA** todas as autoridades Municipais e toda a Comunidade interessada para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a finalidade específica de prestação de contas e avaliação do cumprimento da Execução Orçamentária e financeira do Município; Prestação de Contas dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde; Balanço dos gastos na área de Direitos da Criança e Adolescente; Prestação de Contas dos gastos e dos Serviços da Secretaria de Assistência Social, referente Primeiro Quadrimestre de 2019, no seguinte local, data e horário:

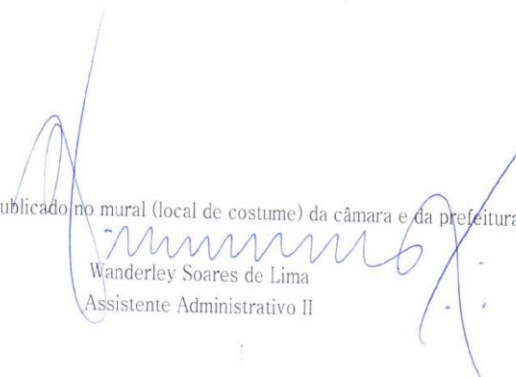
**Local - Plenário da Câmara de Vereadores**  
**Avenida Brasília, nº 131 - Centro Cívico Álvaro Dias**  
**Data - 28 (terça-feira) de maio de 2019**  
**Horário - 14 horas**

VAMOS AJUDAR NOSSA CIDADE!  
VENHA PARTICIPAR E EXERCER SUA CIDADANIA. A HORA É AGORA!

Formosa do Oeste Câmara Municipal, 20 de maio de 2019.

Aparecido Leonardo da Silva  
Presidente

Registrado e publicado no mural (local de costume) da câmara e da prefeitura



Wanderley Soares de Lima  
Assistente Administrativo II





**LEI****LEI Nº. 901/2019**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Formosa do Oeste para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**Das Diretrizes Gerais

**Art. 1º.** Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Formosa do Oeste para o exercício financeiro de 2020, de conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**CAPÍTULO II**Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias

**Art. 2º.** As diretrizes orçamentárias compreendem a seguinte estrutura:

- I -** Das Diretrizes Gerais;
- II -** Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III -** Das Receitas;
- IV -** Das Despesas;
- V -** Das Despesas com Pessoal;
- VI -** Da Gestão Patrimonial;
- VII -** Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- VIII -** Das Metas Fiscais;
- IX -** Dos Riscos Fiscais;
- X -** Do Orçamento da Administração Direta;
- XI -** Dos Fundos Especiais.

**XII** Das Disposições Gerais e Finais.

**Art. 3º.** Para efeito desta Lei, entende-se por

**I - programa:** o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos previstos no plano plurianual;

**II - atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

**III - projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governamental; e

**IV - operação especial:** as despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamental, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**§ 1º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar em sua ação governamental, as metas a que se propõe atingir durante a sua execução.

**§ 3º** - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

**§ 4º** - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

**Art. 4º.** A proposta orçamentária discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa e das modalidades de aplicação.

**§ 1º** - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

**I** - Despesas Correntes; e

**II** - Despesas de Capital.

**§ 2º** - Nos grupos de natureza da despesa será observado o

seguinte detalhamento:

**I** - pessoal e encargos sociais;

**II** - juros e encargos da dívida;

**III** - outras despesas correntes;

**IV** - investimentos;



**V** - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e

**VI** - amortização da dívida.

**§ 3º** - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

**I** - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

**II** - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e

**III** - Aplicações Diretas.

**Art. 5º.** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

**I** - os poderes e órgãos que integrarão a proposta orçamentária, de forma atender os princípios da unidade e universalidade;

**II** - a origem das fontes de recursos que financiará o orçamento;

**III** - a demonstração da distribuição despesa aos órgãos e unidades que compõe a proposta orçamentária;

**IV** - a demonstração da previsão da despesa por função de governo;

**V** - a demonstração da previsão da despesa por categoria econômica e por natureza;

**VI** - a demonstração da previsão de aplicação de impostos e despesa na manutenção e desenvolvimento do Ensino, conforme Artigo 212 da Constituição Federal;

**VII** - a demonstração da previsão dos recursos vinculado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de conformidade com a Emenda Constitucional n.º. 53, de 19 de Dezembro de 2006;

**VIII** - a demonstração da previsão de aplicação de recursos na saúde pública, conforme o disposto na Emenda Constitucional n.º 29/2000;

**IX** - a demonstração da previsão de gasto com pessoal conforme disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000;

**X** - a demonstração do orçamento de capital de forma demonstrar a regra ouro, conforme artigo 12, § 2º da Lei Complementar n.º 101/2000.

**XI** - a demonstração da previsão do OCA – Orçamento da Criança e Adolescente, nos termos desta Lei dos procedimentos exigidos na IN n.º 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 6º.** A proposta orçamentária do Município, consolidando todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

**I** - Mensagem;

**II** - Projeto de lei orçamentária;

**III** - Tabelas explicativas da receita e despesas;

**IV** - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

**V** - Quadro demonstrativo da receita e despesa, por

Categorias econômicas;

**VI** - Legislação da Receita;

**VII** - Anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;

**VIII** - Quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei 4.320/64;

**IX** - Plano de aplicação dos fundos especiais;

**X** - Descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

**Art. 7º.** O Orçamento Geral do Município abrangerá a administração direta e indireta do Município, compreendendo os poderes legislativo, executivo e os fundos contábeis.

**Art. 8º.** Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo as disposições desta Lei, podendo ainda ser corrigidas, se necessário, durante a execução orçamentária, através de ato próprio do Poder Executivo, até o limite mensal da inflação verificada no período compreendido entre o mês seguinte de sua elaboração até o mês de novembro de 2019.

### **CAPÍTULO III**

#### *Das Receitas*

**Art. 9º.** Na estimativa da receita observará as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos exercícios de 2017 e 2018, da previsão de 2019 e da projeção para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

**Parágrafo Único** - A concessão de benefícios fiscais de caráter não geral será considerada na previsão da receita orçamentária de forma assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

**Art. 10.** A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária, o seguinte:

**I** - a margem para concessão de renúncia de receita;

**II** - a descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;



**III** - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita constante da previsão orçamentária.

**Art. 11.** No projeto de lei orçamentária, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior aos das despesas de capital.

**Art. 12.** O Poder Executivo aperfeiçoará a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.

#### **CAPÍTULO IV**

##### *Das Despesas*

**Art. 13.** A previsão da despesa será orçada segundo os preços e custos correntes, vigentes durante a sua elaboração, e seja compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei, em especial o estabelecido no Anexo das Metas Fiscais.

**Art. 14.** Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatório judiciais, após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

**Parágrafo único** – A previsão orçamentária não conterà dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA – Plano Plurianual, excluídas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.

**Art. 15.** A proposta orçamentária da administração direta conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor não inferior ao percentual de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de riscos fiscais como Despesas Judiciais Extraordinárias e outros passivos contingentes.

**Art. 16.** Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigir-se-á o seguinte:

**I** – estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;

**II** – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o plano plurianual e com esta Lei.

**Art. 17.** As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecida no Inciso I do Artigo anterior, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa e acompanhado de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

**§ 1º.** Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

**§ 2º.** Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do Artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993.

**Art. 18.** A Administração Direta do Município é autorizada a promover as alterações e adequações de suas estruturas administrativas, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **CAPÍTULO V**

##### *Da Despesa Com Pessoal*

**Art. 19.** A Administração Direta obedecerá rigorosamente os limites estabelecidos para as despesas com pessoal, e as seguintes condições:

**I** – Caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite prudencial, ou seja, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite correspondente a cada Poder, até que comprove o retorno nos relatórios fiscais do quadrimestre seguinte, ficam proibidos os seguintes atos:

**a)** - conceder qualquer tipo de vantagens que aumente a despesa;

**b)** - conceder gratificação a qualquer título;

**c)** - Aumento salarial, salvo se for em decorrência de sentença judicial, de lei ou contrato, ressalvada a revisão geral anual;

**d)** - Criar cargo, emprego ou função;

**e)** - Alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

**f)** - Preencher cargo público;

**g)** - Admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada para repor servidores que se aposentarem ou falecerem das áreas de educação, saúde e de utilidade pública;

**h)** - Contratar horas extras;

**i)** - Conceder promoções e os avanços previstos no plano de carreira.

**II** - Se a despesa total com pessoal de cada Poder ou órgão ultrapassar os limites máximos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo das medidas previstas no Inciso I deste artigo, o excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as seguintes providências:

**a)** – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;

**b)** – exoneração dos servidores não estáveis;

**c)** - perda de cargo de servidor estável, nos termos e condições estabelecidas na Constituição Federal.

**Art. 20.** Os Poderes Legislativo e Executivo poderão conceder vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreira, a admissão de pessoal a qualquer título, condicionada as seguintes exigências:

**I** – comprovação de que a despesa com pessoal não esteja extrapolando limite de alerta, ou seja, o percentual de 90% (noventa por cento) dos limites para cada poder, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;



**II** – Declaração expressa do ordenador de despesa de cada poder, que a projeção da despesa ao longo dos 12(doze) meses não ultrapassará percentual de que trata o inciso anterior.

**III** – Demonstrativo da estimativa do impacto na previsão orçamentária nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, e a origem dos recursos para o custeio da despesa.

**IV** – se houver prévia dotação suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e,

**V** – lei específica;

**Parágrafo Único** - Exclui-se das exigências estabelecidas neste artigo, a despesa obrigatória de caráter continuado decorrente da revisão geral dos servidores, prevista no Artigo 37, X, da Constituição Federal, que tem por finalidade a recomposição do poder aquisitivo dos vencimentos defasados em razão da inflação, nos termos do Artigo 17, § 6º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja autorização será estabelecida em lei específica.

**Art. 21.** Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a promover as alterações e adequações na legislação de pessoal e nas estruturas dos quadros de pessoal, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Gestão Patrimonial e das Obras em Andamento**

**Art. 22.** As disponibilidades de caixa do Município, incluindo a administração direta e indireta, serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais.

**Art. 23.** O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público.

**Art. 24.** Em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta LDO estão especificados no Relatório contido no Anexo desta Lei.

## **CAPÍTULO VII**

### *Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal*

**Art. 25.** Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único – Os valores das prioridades, metas e ações, poderão sofrer alterações e a devida adequação quando da elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual, as quais, em havendo, por Lei Específica de compatibilização, deverão ser procedidas sua adequação no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme prevê o art. 7º da Lei Municipal nº 844/2017 que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021.

## **CAPÍTULO VIII**

### *Das Metas Fiscais*

**Art. 26.** Nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II as Metas Fiscais em conformidade com os Demonstrativos de I a IX da presente Lei, que compreenderá:

**I** – Demonstrativo I – Metas Anuais;

**II** – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

**III** – Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

**IV** - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

**V** - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

**VI** - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

**VII** - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

**VIII** – Demonstrativo IX - Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Anuais de Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública.

**§ 1º** - Os valores das metas fiscais devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2020 ao Legislativo Municipal.

**§ 2º** - Após a aprovação legislativa da previsão orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, mediante lei, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultantes do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

**Art. 27.** O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021, a avaliação em relatórios quadrimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.

**Art. 28.** Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes





Legislativo e Executivo promoverão por ato próprio e nos montantes estabelecidos em Decreto do Executivo, a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

**I** – redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:

**a)** as de pessoal e seus encargos patronais;

**b)** ao pagamento dos serviços da dívida;

**c)** as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);

**d)** as decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;

**e)** das obras em andamento.

**II** – vedação de empenhos que se destinem a:

**a)** início de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;

**b)** aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou

**c)** aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;

**d)** abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;

**e)** demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

**§ 1º.** As hipóteses indicadas nas alíneas “a” e “d” do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

**§ 2º.** No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

#### CAPÍTULO IX

##### *Dos Riscos Fiscais*

**Art. 29.** As possíveis despesas contingências e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, estão avaliados no Anexo IV que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

#### CAPÍTULO X

##### *Do Orçamento da Administração Direta*

**Art. 30.** O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

**Art. 31.** O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar os limites do Artigo 29-A, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 25.

**Parágrafo único** – Os repasses do Poder Executivo a Câmara Municipal, para as despesas com pessoal e subsídio dos Vereadores, será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar n.º 101 e da Emenda Constitucional n.º 25.

**Art. 32.** O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais que atuam no magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 53/2006.

**Art. 33.** Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, em conformidade com as orientações aprovada pela Resolução n.º 322, de 08 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

**Parágrafo Único** - Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.

**Art. 34.** O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

**Parágrafo Único** – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

**I** – sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal dos órgãos da administração direta, na forma da legislação pertinente;

**II** – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal da administração direta, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto total ou parcialmente;

**III** – não caracterizem relação direta de emprego.

**Art. 35.** O Poder Executivo é autorizado celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de ressarcimento.





**Art. 36.** O Executivo Municipal poderá firmar termo de convênio com entidades que realizem ações, projetos e programas em parceria com o Município, mediante concessão de recursos financeiros a título de subvenções sociais, que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social, para atendimento de despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei n.º 13.204 de 14 de dezembro de 2015 o qual se aplica às parcerias no âmbito Federal, Estadual e Municipal e que atendam as seguintes exigências:

**I** – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;

**II** – possuam título de utilidade pública;

**III** – sejam cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social;

**IV** – atendam as exigências contidas em regulamento especial.

**Art. 37.** A transferência de recursos financeiros às entidades de caráter beneficentes, educacionais, comunitárias, assistenciais, culturais, esportivas e associativas, a título de contribuição ou auxílio, inclusive de repasse financeiro a título de anuidade, deverá cumprir com as seguintes exigências:

**I** – Tenham diretoria eleita e com plenos direitos estatutários;

**II** – possuam título de utilidade pública;

**III** – não tenha finalidade lucrativa;

**IV** – atendam as exigências contidas em regulamento especial.

**Parágrafo Único** - Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no artigo anterior, a concessão de recursos financeiros deverá ser autorizada por lei específica, bem como estar prevista dotação no orçamento anual ou através de créditos adicionais.

**Art. 38.** As autorizações para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual serão estabelecidas no percentual de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total da despesa consignada para cada um dos Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art. 165, § 8º, da Constituição Federal, compreendendo o reforço de dotação ou a inclusão de fontes de recursos, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação.

**Art. 39.** Igualmente fica o Poder Executivo autorizado a incluir na lei orçamentária, não sendo computado para fins do limite de que trata o caput do artigo anterior, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 43º, incisos I, II, III e IV da Lei Federal n.º 4.320 que seguem:

**I** – o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício imediatamente anterior aquele a que se refere o orçamento.

**II** - o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

**III** – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

**IV** – O produto de operações de créditos autorizadas, em forma que que juridicamente possibilite o Poder Executivo realizá-las.

**Art. 40.** Quando da execução orçamentária, nas aberturas de créditos que promovam alteração de valor no projeto ou atividade, o Executivo Municipal poderá por ato próprio proceder a compatibilização desses com as prioridades e metas constantes dos Planos PPA e LDO.

**Art. 41.** A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará a Secretaria de Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2020, devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, especificando:

**I** - número e data do ajuizamento da ação originária;

**II** - número do precatório;

**III** - tipo da causa julgada;

**IV** - data da autuação do precatório;

**V** - nome do beneficiário;

**VI** - valor do precatório a ser pago;

**VII** - data do trânsito em julgado; e

**VIII** - número da vara ou comarca de origem.

**Art. 42.** A contratação de serviços de consultoria tem por finalidade a execução de atividades que não possam ser desempenhadas por servidores dos Poderes Legislativo e Executivo ou para desempenho técnico de serviços necessários ao cumprimento de exigências legais que requerem certo grau de complexidade, publicando-se no órgão oficial do Município o extrato do contrato, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666 e suas alterações posteriores e seguindo o prejulgado 6 do Tribunal de Contas do Paraná que permite a contratação para questões que exijam notória especialização, em que reste demonstrada a singularidade do objeto ou ainda, que se trate de demanda de alta complexidade, casos em que poderá haver contratação direta, mediante um procedimento simplificado e desde que seja para objeto específico e que tenha prazo determinado compatível com o objeto, não podendo ser aceitas para as finalidades de acompanhamento da gestão.

## **CAPÍTULO XI**

### **Dos Fundos Especiais**

**Art. 43.** Os Fundos Contábeis terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrará a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e conterà plano de aplicação que explicitará:

**I** - As fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;

**II** - As aplicações, onde serão discriminadas:

**a)** os projeto e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;

**b)** os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital;

**III** – Movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.



**CAPÍTULO XII****Das Disposições Gerais e Finais**

**Art. 44.** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo único.** A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

**Art. 45.** A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 31 de agosto 2018, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

**Art. 46.** A proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 30 de setembro de 2019, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de 2019.

**Parágrafo Único** - As emendas ao projeto de lei do orçamento somente podem ser aprovadas caso;

**I** - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;

**II** - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

**III** - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

**Art. 47.** Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

**I** - Estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**II** - Desdobrará em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no orçamento anual, e demais exigências estabelecidas no Artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**III** - Determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma estabelecer o QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.

**Art. 48.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, em 21 de maio de 2019.

**LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXOS**



Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	24.522.900,00	7,018	105,378	27.964.835,61	8,003	110,088	3.441.935,61	14,04
Receita Primária (I)	24.283.900,00	6,949	104,351	27.925.737,00	7,991	109,934	3.641.837,00	15,00
Despesa Total	23.334.900,00	6,678	100,273	23.694.080,38	6,780	93,276	359.180,38	1,54
Despesa Primária (II)	23.174.900,00	6,632	99,585	23.607.250,70	6,756	92,934	432.350,70	1,87
Resultado Primário (III)=(I - II)	1.109.000,00	0,317	4,765	4.318.486,30	1,236	17,000	3.209.486,30	289,40
Resultado Nominal	(3.128.694,00)	(0,895)	(13,444)	(3.182.205,81)	(0,911)	(12,527)	(53.511,81)	1,71
Dívida Pública Consolidada	517.350,00	0,148	2,223	628.939,58	0,180	2,476	111.589,58	21,57
Dívida Consolidada Líquida	517.350,00	0,148	2,223	(6.509.288,76)	(1,863)	(25,625)	(7.026.638,76)	-1358,20

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 10/Abr/2019, 13h e 57m.

VARIÁVEL	2018	Variação
Projeção PIB Paraná	349.446,41	12.41%

Fonte: IBGE/IPARDES

Priscila Bovolenta  
Contadora

Luiz Antonio Domingos de Aguiar  
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2020

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Serviços da Dívida Consolidada	20.000,00	Limitação de Empenho previsto na LRF	20.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Redução do Crescimento(PIB)	125.000,00	Superávit Primário Estimado	125.000,00
Redução do Índice de Preços	80.000,00	Reserva de Contingência	80.000,00
Aumento da Inadimplência Municipal	200.000,00	Reserva de Contingência	200.000,00
Impacto na Folha de Servidores	300.000,00	Reserva de Contingência	300.000,00
Indenizações por Rescisões Contratuais	80.000,00	Limitação de Empenho previsto na LRF	80.000,00
Complementação de Programas	200.000,00	Limitação de Empenho previsto na LRF	50.000,00
		Reserva de Contingência	100.000,00
		Superávit Financeiro de exercícios Anteriores	50.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>985.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>985.000,00</b>

<b>TOTAL</b>	<b>1.005.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.005.000,00</b>
--------------	---------------------	--------------	---------------------

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 05/Abr/2019, 10h e 11m.  
Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste-PR

NOTA EXPLICATIVA: No que tange os riscos fiscais acima demonstrados para cobertura dos mesmos, existe lastro suficiente conforme providências descritas.

Priscila Bovolenta  
CRC 069394/0-1

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
Prefeito Municipal



Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	Outros benefícios	Contribuintes	150.000,00	158.190,00	166.827,00	a) Intensificação de Ações de Cobrança b) Recuperação de Receita do ISS e IPTU c) Aumento de Fiscalização
IPTU	Remissão	Contribuintes	14.290,00	15.004,00	15.823,00	
<b>TOTAL</b>			<b>164.290,00</b>	<b>173.194,00</b>	<b>182.650,00</b>	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 05/Abr/2019, 10h e 51m.

NOTA EXPLICATIVA: Na Estimativa da renúncia de receita prevista para os exercícios em questão, as medidas de compensação propostas são no sentido do aumento da arrecadação, anulando os impactos da renúncia prevista, não afetando a realização da receita. Cabe ao Poder Executivo garantir que essas propostas de compensação sejam cumpridas. Foi realizado em 2018 medição e atualização dos terrenos e imóveis do município o que poderá alterar os valores. Tão logo se tenha as alterações será ajustado na próxima LDO. Porém esses valores não altera as medidas de Compensação Prevista nesta LDO.

Priscila Bovolenta  
CRC 069394/0-1

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	38.657.527,17	100,00	31.319.449,38	100,00	25.691.082,00	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>38.657.527,17</b>	<b>100,00</b>	<b>31.319.449,38</b>	<b>100,00</b>	<b>25.691.082,00</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 04/Abr/2019, 14h e 59m.

NOTA EXPLICATIVA:

O valor acumulado do Município vem crescendo nos últimos anos em virtude da apuração de Superávit Financeiro dos exercícios. O Município deixa de apresentar a Evolução do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, por estar legalmente vinculado ao Regime Geral da Previdência Social- RGPS.

Priscila Bovolenta  
CRC 069394/0-1

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

## **ANEXO III**

### **MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR**

### **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2019**

#### **Quadro Demonstrativo dos Projetos em Andamento**

#### **Administrativo Direta - Posição em 10 de Abril de 2019**

**(Artigo 45, § único, da Lei Complementar nº. 101/2000)**

Código do Projeto Junto orçamento	Descrição do Projeto junto ao Orçamento	Unidade Medida do Projeto	Quantidade de Medida prevista do projeto	Valor da Previsão Orçamentária do projeto	Quantidade de Mediada executada	Valor Executado projeto
	PAVIMENTO COM PEDRAS IRREGULARES ESTRADA PARANÁ 3ª ETAPA	M <sup>2</sup>	6342,00	251.014,76	80%	200.811,81
	RECAPEAMENTO ESTRADA CEARA 2ª ETAPA	M <sup>2</sup>	6.000,00	229.935,05	11,52%	26.488,52
	RECAPEAMENTO ESTRADA CEARA 3ª ETAPA	M <sup>2</sup>	6.000,00	225.767,67	11,50%	25.963,28

Formosa do Oeste – PR, 21 de maio de 2019.

NILTON PICKLER  
ENGENHEIRO CIVIL

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
PREFEITO

Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2020	
Aumento Permanente da Receita	1.519.160,00	
(-) Transferências Constitucionais	80.640,00	
(-) Transferências ao FUNDEB	223.832,00	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.214.688,00	
Redução Permanente da Despesa(II)	-	
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.214.688,00	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-	
Novas DOCC	-	
Novas DOCC geradas por PPP	-	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.214.688,00	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 05/Abr/2019, 11h e 07m.

NOTA EXPLICATIVA: O valor de aumento de receita está considerado o aumento das Receitas com inflação média de 5,42% e IPTU que poderá ser ajustado caso o valor de aumento previsto seja maior ou menor. O valor de aumento do IPTU foi descontado 15% para saúde e 25% destinados a educação constitucionalmente.

Priscila Bovolenta  
CRC 069394/0-1

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
Prefeito Municipal



**ANEXO II - DE METAS FISCAIS**  
**MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR**  
**META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL - LDO 2020**  
**ART. 4º PAR.2, ITEM II DA LRF**

<b>RESULTADO NOMINAL</b>						
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXECUTADO</b>		<b>FIXADO</b>	<b>PREVISÃO</b>		
	<b>2017</b> <b>(b)</b>	<b>2018</b> <b>(c)</b>	<b>2019</b> <b>(d)</b>	<b>2020</b> <b>(e)</b>	<b>2021</b> <b>(f)</b>	<b>2022</b> <b>(g)</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	715.769,26	628.939,58	296.078,73	455.280,00	368.450,00	281.620,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	3.327.082,95	6.509.288,76	447.848,69	2.870.831,55	2.870.831,55	2.870.831,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.897.434,44	8.282.388,77	447.848,69	4.542.557,30	4.542.557,30	4.542.557,30
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	1.570.351,49	1.773.100,01		1.671.725,75	1.671.725,75	1.671.725,75
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III)=(I-II)</b>	(2.611.313,69)	(5.880.349,18)	(151.769,96)	(2.415.551,55)	(2.502.381,55)	(2.589.211,55)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
<b>DÍVIDA FISCAL LIQUIDA (III + IV - V)</b>	(2.611.313,69)	(5.880.349,18)	(151.769,96)	(2.415.551,55)	(2.502.381,55)	(2.589.211,55)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	(2.162.306,09)	(3.269.035,49)	5.728.579,22	(2.263.781,59)	(86.830,00)	(86.830,00)

\* Refere-se ao valor da dívida consolidada líquida do exercício de 2016

Memória e Metodologia de cálculo do Resultado Nominal

- a) os dados sobre o Saldo da Dívida Consolidada foram projetadas considerando o estoque da dívida, os financiamentos e amortização programadas.
- b) a disponibilidade de caixa e as aplicações financeiras para o final do exercício de 2019 e seguintes, foi projetada com base apenas na acumulação do superávit financeiro.
- c) Para os valores de Restos a Pagar Processados foi feita média dos valores executados.

Priscila Bovolenta  
 Contadora CRC069394/0-1

Luiz Antonio Domingos de Aguiar  
 Prefeito Municipal

**ANEXO II - DE METAS FISCAIS**

<b>MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR</b>						
<b>Metas Anuais para as Despesas - LDO 2020</b>						
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>						
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	REALIZADO		BASE	PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	<b>18.305.226,78</b>	<b>20.841.455,01</b>	<b>23.065.299,00</b>	<b>24.954.991,09</b>	<b>26.504.999,27</b>	<b>27.962.972,50</b>
Pessoal e Encargos Sociais	10.223.860,17	10.581.452,20	12.357.186,00	13.096.283,97	13.811.341,08	14.565.440,30
Juros e Encargos da Dívida	1.679,89	-	75.620,00	76.620,00	80.803,45	85.215,32
Outras Despesas Correntes	8.079.686,72	10.260.002,81	10.632.493,00	11.782.087,11	12.612.854,74	13.312.316,88
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>927.785,70</b>	<b>2.852.625,37</b>	<b>936.786,00</b>	<b>948.386,00</b>	<b>1.000.167,88</b>	<b>1.054.777,04</b>
Investimentos	829.583,29	2.765.795,69	829.515,00	841.115,00	887.039,88	935.472,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	98.202,41	86.829,68	107.271,00	107.271,00	113.128,00	119.304,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	736.261,00	776.460,00	816.659,00	856.858,00
<b>TOTAL (IV) = (I+II+III)</b>	<b>19.233.012,48</b>	<b>23.694.080,38</b>	<b>24.738.346,00</b>	<b>26.679.837,09</b>	<b>28.321.826,15</b>	<b>29.874.607,54</b>
Limite para o Legislativo			1.252.864,00	1.321.270,37	1.393.411,74	1.463.082,32
<b>Total Despesa Cosolidada</b>	<b>19.233.012,48</b>	<b>23.694.080,38</b>	<b>25.991.210,00</b>	<b>28.001.107,46</b>	<b>29.715.237,88</b>	<b>31.337.689,87</b>

**FONTE:** Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

**II - Metodologia e Memória de Cálculo**

Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Ano	Valor Nominal	Varição	Ano	Valor Nominal	Varição
2017	18.305.226,78	0	2017	927.785,70	0
2018	20.841.455,01	13,86	2018	2.852.625,37	207,47
2019	23.065.299,00	10,67	2019	936.786,00	-67,16
2020	24.954.991,09	8,19	2020	948.386,00	1,24
2021	26.504.999,27	6,21	2021	1.000.167,88	5,46
2022	27.962.972,50	5,50	2022	1.054.777,04	5,46

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO**

**Memória de cálculo - Varição corrente = ((B7\*1,17)+(C7\*1,100)+(D7\*1,0546))/3\*1,0546, para estimar 2020 e \*1,0546 a cada exercício para estimar 2021 e 2022.**

A despesa realizada dos exercícios de 2017 e 2018 foram calculadas a valor presente com índice de 1,17 e 1,10 respectivamente na base 2019. A soma da despesa no valor presente dos exercícios de 2017 e 2018 mais a estimativa para 2019 é dividido por 3. O produto dessa operação aplica-se um índice de 1,0546 para determinar a Meta da Despesa Corrente para o exercício de 2020 (previsão de inflação de 5,46% PPA). Para os exercícios seguintes 2021 e 2022 igualmente determinado pelo índice de 1,0546 a cada exercício em função da previsão inflacionária de 5,46%. Reserva de Contingência 3% da Receita Corrente Líquida Prevista. A despesa com pessoal e encargos está previsto R\$ 1.078.818,00 em nomeações do concurso 2019.

Priscila Bovolenta  
Contadora

Luiz Antonio Domingos de Aguiar  
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	28.001.107,00	26.838.979,20	6.341.437	107,887	29.715.238,00	27.299.883,79	5.986.710	108,866	31.337.690,00	27.595.569,29	5.616.588	108,907
Receita Primária (I)	27.779.641,00	26.626.704,69	6.291.282	107,034	29.481.680,00	27.085.310,16	5.939.656	108,011	31.091.380,00	27.378.671,86	5.572.442	108,051
Despesa Total	26.666.812,00	25.560.061,34	6.039.258	102,746	28.308.090,00	26.007.113,49	5.703.213	103,711	29.860.122,00	26.294.441,80	5.351.767	103,773
Despesa Primária (II)	26.482.921,00	25.383.802,36	5.997.612	102,038	28.114.159,00	25.828.945,86	5.664.142	103,000	29.655.601,00	26.114.343,22	5.315.111	103,062
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.296.720,00	1.242.902,33	293,669	4,996	1.367.521,00	1.256.364,31	275,514	5,010	1.435.779,00	1.264.328,64	257,332	4,990
Resultado Nominal	(2.263.781,59)	(2.169.828,04)	(512,681)	(8,722)	(86.830,00)	(79.772,17)	(17,494)	(0,318)	(86.830,00)	(76.461,39)	(15,562)	(0,302)
Dívida Pública Consolidada	455.280,00	436.384,55	103,108	1,754	368.450,00	338.501,15	74,231	1,350	281.620,00	247.990,97	50,474	0,979
Dívida Consolidada Líquida	(2.415.551,55)	(2.315.299,10)	(547,052)	(9,307)	(2.502.381,55)	(2.298.979,58)	(504,153)	(9,168)	(2.589.211,55)	(2.280.026,60)	(464,059)	(8,998)
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 10/Abr/2019, 10h e 29m.

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
Inflação Média-Proj. IPCA (%)	4,33	4,33	4,33
Projeção PIB Paraná - R\$	427.015	50.330	474.918

FONTE: IBGE/IPARDES

▣

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes = Valor Corrente/Índice

Índice

2020	1.0433
2021	1.086
2022	1,129

▣

▣

Priscila Bovolenta  
CRC 069394/0-1

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	23.264.315,00	24.522.900,00	5,41	25.861.824,00	5,46	28.001.107,00	8,27	29.715.238,00	6,12	31.337.690,00	5,46
Receita Primária (I)	22.662.851,00	24.283.900,00	7,15	25.609.775,00	5,46	27.779.641,00	8,47	29.481.680,00	6,13	31.091.380,00	5,46
Despesa Total	19.233.012,00	23.334.900,00	21,33	24.608.959,00	5,46	26.666.812,00	8,36	28.308.090,00	6,15	29.860.122,00	5,48
Despesa Primária (II)	19.133.130,00	23.174.900,00	21,12	24.448.948,00	5,50	26.482.921,00	8,32	28.114.159,00	6,16	29.655.601,00	5,48
Resultado Primário (III)=(I - II)	3.529.721,00	1.109.000,00	-68,58	1.160.827,00	4,67	1.296.720,00	11,71	1.367.521,00	5,46	1.435.779,00	4,99
Resultado Nominal	(3.060.351,00)	(3.128.694,00)	2,23	5.728.579,22	-283,10	(2.263.781,59)	-139,52	(86.830,00)	-96,16	(86.830,00)	0,00
Dívida Pública Consolidada	715.739,00	517.350,00	-27,72	296.078,73	-42,77	455.280,00	53,77	368.450,00	-19,07	281.620,00	-23,57
Dívida Consolidada Líquida	(2.611.344,00)	517.350,00	-119,81	(151.769,96)	-129,34	(2.415.551,55)	1491,59	(2.502.381,55)	3,59	(2.589.211,55)	3,47

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	25.181.847,08	25.584.741,57	1,60	25.861.824,00	1,08	26.838.979,20	3,78	27.299.883,79	1,72	27.595.569,29	1,08
Receita Primária (I)	24.530.808,17	25.335.392,87	3,28	25.609.775,00	1,08	26.626.704,69	3,97	27.085.310,16	1,72	27.378.671,86	1,08
Despesa Total	20.818.268,97	24.345.301,17	16,94	24.608.959,00	1,08	25.560.061,34	3,86	26.007.113,49	1,75	26.294.441,80	1,10
Despesa Primária (II)	20.710.154,32	24.178.373,17	16,75	24.448.948,00	1,12	25.383.802,36	3,82	25.828.945,86	1,75	26.114.343,22	1,10
Resultado Primário (III)=(I - II)	3.820.653,84	1.157.019,70	-69,72	1.160.827,00	0,33	1.242.902,33	7,07	1.256.364,31	1,08	1.264.328,64	0,63
Resultado Nominal	(3.312.596,61)	(3.264.166,45)	-1,46	5.728.579,22	-275,50	(2.169.828,04)	-137,88	(79.772,17)	-96,32	(76.461,39)	-4,15
Dívida Pública Consolidada	774.732,89	539.751,26	-30,33	296.078,73	-45,15	436.384,55	47,39	338.501,15	-22,43	247.990,97	-26,74
Dívida Consolidada Líquida	(2.826.580,77)	539.751,26	-119,10	(151.769,96)	-128,12	(2.315.299,10)	1425,53	(2.298.979,58)	-0,70	(2.280.026,60)	-0,82

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 11/Abr/2019, 16h e 24m.

NOTA EXPLICATIVA: Inflação média projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE( anos 2017; 2018; 2019; 2020;2021;2022)

Priscila Bovolenta  
CRC 069394/0-1

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
Prefeito Municipal



Município de Formosa do Oeste - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	11.591,14	1.694,11	83.398,31
Alienação de Bens Móveis	11.454,77	-	81.180,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	136,37	1.694,11	2.218,31
DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	54.804,50
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	54.804,50
Investimentos	-	-	54.804,50
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2018 (g)=((Ia-Id)+IIIh)	2017 (h)=((Ib-Ile)+ IIIi)	2016 (i)=(Ic-If)
VALOR (III)	41.879,06	30.287,92	28.593,81

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA DE FINANÇAS, 05/Abr/2019, 14h e 31m.

NOTA EXPLICATIVA: Foram considerados as receitas referentes a aplicações financeiras das alienações e o produto das alienações tem sido aplicadas em investimentos.

Priscila Bovolenta  
CRC 069394/0-1

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**ANEXO II - DAS METAS FISCAIS - METAS ANUAIS PARA A RECEITA - MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR - LDO 2020**

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA							REC. REALIZADAS		ESTIMADA	RECEITA PROJETADA LDO 2020		
							2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
1	0	00	00	00	00	RECEITAS CORRENTES	26.249.653,65	29.537.193,95	30.467.227,00	32.786.186,79	34.761.582,55	36.479.241,89
1	1	00	00	00	00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.277.056,62	1.508.204,73	1.613.700,00	1.989.523,66	2.109.407,45	2.231.597,31
1	1	00	00	00	00	IMPOSTOS	1.148.320,58	1.356.097,47	1.443.400,00	1.813.376,05	1.912.386,38	2.016.802,68
1	1	13	03	10	00	IRRF	310.739,42	285.591,73	375.000,00	374.471,32	394.917,45	416.479,94
1	1	18	01	10	0	IPTU	386.244,63	460.062,29	471.300,00	800.000,00	843.680,00	889.744,93
1	1	18	01	40	00	ITBI	147.167,26	259.842,32	280.000,00	263.322,69	277.700,11	292.862,53
1	1	18	02	30	00	ISS	304.169,27	350.601,13	317.100,00	375.582,05	396.088,83	417.715,28
1	1	20	00	00	00	TAXAS	128.736,04	152.107,26	170.300,00	176.147,61	197.021,07	214.794,63
1	2	00	00	00	00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	462.153,39	549.906,80	430.770,00	571.757,79	614.779,37	637.203,05
1	2	40	00	10	00	CONTRIB. CUSTEIO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚB.	462.153,39	549.906,80	430.770,00	571.757,79	614.779,37	637.203,05
1	3	00	00	00	00	RECEITAS PATRIMONIAIS	245.463,72	197.523,62	210.000,00	221.466,00	233.558,04	246.310,31
1	3	20	00	00	00	RECEITAS MOBILIÁRIAS	208.892,02	197.523,62	210.000,00	221.466,00	233.558,04	246.310,31
1	3	21	00	10	00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	245.463,72	197.523,62	210.000,00	221.466,00	233.558,04	246.310,31
1	4	00	00	00	00	RECEITAS AGROPECUÁRIAS	-	-	-	-	-	-
1	6	00	00	00	00	RECEITAS DE SERVIÇOS	8.878,43	24.477,02	27.900,00	23.912,29	25.217,90	26.594,79
1	7	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.066.508,79	27.106.777,61	27.909.971,00	29.937.760,34	31.734.572,63	33.291.084,29
1	7	18	01	20	00	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO - FPM	7.947.390,85	8.505.954,52	9.795.000,00	10.117.410,37	10.669.820,97	11.252.393,20
1	7	18	01	30	00	COTA- PARTE FPM - 1% MÊS DEZEMBRO	353.308,09	377.782,52	407.000,00	439.140,74	463.117,82	488.404,06
1	7	18	01	40	00	COTA- PARTE FPM - 1% MÊS JULHO	364.520,00	368.584,49	289.000,00	396.561,57	418.213,83	441.048,30
1	7	18	01	50	00	ITR	39.385,35	46.108,90	43.200,00	49.697,30	52.410,77	55.272,40
1	7	18	02	60	00	COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	92.316,40	141.483,19	125.000,00	138.168,55	145.712,55	153.668,46
1	7	18	03	11	01	SUS - ATENÇÃO BÁSICA	1.077.608,04	825.223,72	815.140,00	850.000,00	896.410,00	945.353,99
1	7	18	03	31	00	SUS-VIGILÂNCIA EM SAÚDE	42.686,22	39.225,89	32.436,00	44.397,05	46.821,13	49.377,57
1	7	18	03	11	03	APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO	-	-	-	-	-	-
1	7	18	03	11	04	GESTÃO DO SUS	-	11.000,00	-	-	-	-
1	7	18	03	11	05	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. E HOSP.	-	168,00	-	-	-	-
1	7	18	12	11	01	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEX.	1.346,22	4.251,00	7.000,00	4.771,80	5.032,34	5.307,11
1	7	18	12	11	02	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	-	-	96.000,00	35.434,56	37.369,29	39.409,65
1	7	18	12	11	03	BLOCO GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	-	15.730,00	18.000,00	12.726,56	180.000,00	18.000,00
1	7	18	12	11	04	BLOCO DA GESTÃO DO SUAS	193.942,17	-	7.000,00	80.987,48	85.409,39	90.072,75
1	7	18	05	11	00	TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	210.730,42	248.496,07	237.285,00	268.864,97	283.544,99	299.026,55
1	7	18	05	21	00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PDDE	-	-	1.054,00	-	-	-
1	7	18	05	31	00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNAE	62.690,40	74.036,00	75.000,00	81.655,41	86.113,80	90.815,61
1	7	18	05	41	00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNATE	33.847,20	36.680,72	45.000,00	44.477,08	46.905,53	49.466,57
1	7	18	06	11	00	TRANSF. FINANC. DO ICMS DESONERAÇÃO LC 87/96	66.299,88	69.368,52	73.800,00	80.866,81	85.282,14	89.938,54
1	7	18	08	10	00	TRANSF. ADVINDAS DE EMENDAS PARLAM. INDIVID.	-	705.287,00	-	272.725,08	287.615,87	303.319,69

1	7	18	99	11	00		OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	105.689,90	201.869,48	82.300,00	151.164,54	159.418,12	168.122,35
1	7	28	01	11	00		COTA PARTE DO ICMS	9.765.205,14	10.835.612,70	11.215.080,00	12.277.299,52	12.947.640,07	13.654.581,22
1	7	28	01	21	00		COTA PARTE DO IPVA	965.882,35	1.029.447,72	1.330.900,00	1.279.793,02	1.349.669,72	1.423.361,69
1	7	28	01	31	00		COTA PARTE IPI -MUNICIPIOS	-	188.331,23	128.700,00	120.329,63	126.899,63	133.828,35
1	7	28	10	91	00		OUTRAS TRANF. DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	73.282,95	202.262,06	-	-	-	-
1	7	28	01	41	00		COTA PARTE DE CONTRIBUIÇÃO INTER. DOM.PUB.	27.360,03	20.519,62	20.000,00	26.377,52	27.817,73	29.336,58
1	7	28	02	31	00		COTA PARTE ROYATIES PROD. PETRÓLEO	149.770,31	2.673,55	2.500,00	10.000,00	10.546,00	11.121,81
1	7	28	03	11	01		INCENTIVO DE CUSTEIO AO PROGRAMA APSUS	50.500,00	56.350,00	44.000,00	58.445,93	61.637,08	65.002,46
1	7	28	03	11	02		INCENTIVO DE CUSTEIO AO PROGRAMA VIGIASUS	-	40.805,40	-	-	-	-
1	7	28	03	11	03		INCENTIVO FARMACÊUTICO	-	5.000,00	-	-	-	-
1	7	28	99	10	00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	-	190.098,99	80.000,00	-	-	-
1	7	38	99	00	00		OUTRAS TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS	115.008,37	148.521,95	79.576,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
1	7	48	10	10	00		TRANSF. DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	37.926,52	39.000,00	-	-	-	-
1	7	58	01	11	00		TRANSFERENCIAS DE RECURSOS FUNDEB	2.289.811,98	2.676.904,37	2.860.000,00	3.016.464,85	3.181.163,83	3.354.855,38
<b>1</b>	<b>9</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>		<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>189.592,70</b>	<b>254.833,96</b>	<b>274.886,00</b>	<b>41.766,70</b>	<b>44.047,16</b>	<b>46.452,14</b>
1	9	10	00	00	00		MULTAS ADM, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	57.251,46	37.085,22	11.600,00	41.766,70	44.047,16	46.452,14
1	9	20	00	00	00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	50.056,60	190.248,74	263.286,00	-	-	-
1	9	30	00	00	00		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	51.573,19	-	-	-	-	-
1	9	90	00	00	00		RECEITAS DIVERSAS	30.711,45	27.500,00	-	-	-	-
<b>2</b>	<b>0</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>906.000,00</b>	<b>2.562.605,83</b>	<b>41.319,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2	1	00	00	00	00		OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
2	2	00	00	00	00		ALIENAÇÃO DE BENS	-	13.032,87	41.319,00	-	-	-
2	3	00	00	00	00		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-
2	4	18	03	11	00		TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS	-	130.000,00	-	-	-	-
2	4	18	08	10	00		TRANF. ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES	-	824.968,00	-	-	-	-
2	4	18	10	00	00		TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIO CAPITAL UNIÃO	306.000,00	380.250,00	-	-	-	-
2	4	18	99	00	00		OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	-	250.897,40	-	-	-	-
2	4	28	00	00	00		TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIO CAPITAL ESTADO	600.000,00	865.019,40	-	-	-	-
2	4	50	00	10	00		TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PUB.	-	98.438,16	-	-	-	-
<b>9</b>	<b>7</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>		<b>DEDUÇÃO DE RECEITA A FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>	<b>3.786.785,89</b>	<b>4.134.964,17</b>	<b>4.517.336,00</b>	<b>4.785.079,33</b>	<b>5.046.344,66</b>	<b>5.321.875,08</b>
9	7	21	01	02	00		DEDUÇÃO DE RECEITA DO FPM	1.589.477,84	1.701.190,63	1.959.000,00	2.023.482,07	2.133.964,19	2.250.478,64
9	7	21	01	05	00		DEDUÇÃO DE RECEITA DO ITR	7.876,93	9.221,68	8.640,00	9.939,46	10.482,15	11.054,48
9	7	21	36	00	00		DEDUÇÃO DE RECEITA DA DES. L.C.	13.259,88	13.873,68	14.760,00	16.173,36	17.056,43	17.987,71
9	7	22	01	01	00		DEDUÇÃO DE RECEITA DO ICMS	1.953.040,84	2.167.122,33	2.243.016,00	2.455.459,90	2.589.528,01	2.730.916,24
9	7	22	01	02	00		DEDUÇÃO DE RECEITA DO IPVA	193.176,39	205.889,56	266.180,00	255.958,60	269.933,94	284.672,34
9	7	22	01	04	00		DEDUÇÃO DE RECEITA DO IPI - EXP.	29.954,01	37.666,29	25.740,00	24.065,93	25.379,93	26.765,67
<b>9</b>	<b>9</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>		<b>DEMAIS DEDUÇÕES</b>	<b>104.553,14</b>	<b>104.529,79</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>								<b>23.264.314,62</b>	<b>27.964.835,61</b>	<b>25.991.210,00</b>	<b>28.001.107,46</b>	<b>29.715.237,88</b>	<b>31.337.689,87</b>

#### MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

Memória de cálculo - Variação corrente = ((B7\*1,15)+(C7\*1,10)+(D7\*1,05))/3\*1,0546, para estimar 2020 e \*1,0546 a cada exercício para estimar 2021 e 2022.

A Receita realizada dos exercícios de 2017 e 2018 foram calculadas a valor presente com índice de 1,18 e 1,1236 respectivamente na base 2019. A soma da receita no valor presente dos exercícios de 2017 e 2018 mais a estimativa para 2019 é dividido por 3. O produto dessa operação aplica-se um índice de 1,0546 para determinar a Meta da Receita para o exercício de 2020 (previsão de inflação de 5,46%). Para os exercícios seguintes 2021 e 2022 igualmente determinado pelo índice de 1,0546 a cada exercício em função da previsão inflacionária de 5,46%. Houve alteração na previsão do IPTU devido ao aumento de arrecadação.

Priscila Bovolenta  
Contador

Luiz Antonio Domingos de Aguiar  
Prefeito Municipal



**ANEXO II - DE METAS FISCAIS  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR**

**META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO - LDO 2020**

**ART. 4º, PAR.2, II DA LRF**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
1. RECEITA TOTAL	23.018.861	27.739.812	25.991.210	27.273.868	28.763.026	30.333.487
(-) Rendimentos de Aplicação Financeira	245.453	197.524	210.000	221.466	233.558	246.310
(-) Operação de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Ativos	-	13.033	41.319	42.184	44.485	46.915
RECEITA FISCAL LIQUIDA (I)	22.773.408	27.529.256	25.739.891	27.010.218	28.484.983	30.040.262
2. DESPESA TOTAL	19.233.012	23.694.080	24.738.346	26.038.089	27.457.573	28.952.366
(-) Amortização e Encargos da Dívida	99.882	86.830	182.891	183.891	193.931	204.520
(-) Aquisição de Títulos de Capital já integ.	-	-	-	-	-	-
(-) Concessão de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(+) Reserva de Contingência	-	-	736.261	776.460	816.659	856.858
DESPESA LIQUIDA FISCAL (II)	19.133.130	23.607.250	25.291.716	26.630.658	28.080.300	29.604.704
3. SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	725.302	2.899.469	-	-	-	-
4. RESULTADO PRIMÁRIO (I+III-II)	4.365.580	6.821.474	448.175	379.560	404.683	435.558

- a) Os dados de receita e despesa foram extraídos das metas fiscais de receitas e despesas;
- b) O Resultado Primário tem como função medir a capacidade de pagamento da dívida;
- c) É condição para habilitar-se a novos empréstimos, apresentação de resultado primário positivo;
- d) Ações orçamentárias que estimulam o resultado primário negativo:
- \* Novos Empréstimos;
  - \* Déficit Orçamentário;
  - \* Inadimplência com a amortização da dívida, entre outras;
- e) Ações orçamentárias que estimulam o resultado primário positivo:
- \* Concessão de empréstimo;
  - \* Adimplência com a amortização da dívida;
  - \* Superávit Orçamentário;

Priscila Bovolenta  
Contador

Luiz Antonio Domingos de Aguiar  
Prefeito Municipal